

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE
DEZEMBRO DE 2006:-----

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, iniciou-se e teve lugar a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 2006;

1.2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – LEI Nº5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS = TAXAS PELOS DIREITOS DE PASSAGEM;

2.3 – QUINTA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO = APROVAÇÃO

2.4 – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2007 = APROVAÇÃO

2.5 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE CAVADA OU AMIAIS, FREGUESIA DE VIMIEIRO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: FERNANDO DOS SANTOS DIAS PARA DOAÇÃO A SEU FILHO FERNANDO MANUEL MARQUES DOS SANTOS DIAS

2.6 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2007.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves,

Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Não houve faltas a registar.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 2006. Não havendo intervenções passou-se para a votação, sendo a acta aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006. Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que começou por dizer que as actas das sessões da Assembleia se têm caracterizado por serem descritivas e não reproduzirem textualmente as intervenções efectuadas. Focou que a acta da última sessão (extraordinária) não reproduzia as expressões infelizes e descorteses proferidas pelo Sr. Vereador Fernando Cruz nas respostas dadas aos deputados do Partido Socialista quando fizeram as suas intervenções, expressões essas que não estavam de harmonia com a cortesia, a urbanidade e a boa educação que têm caracterizado as intervenções de todos na Assembleia. Não pondo em causa o modelo da acta, disse que teria o cuidado de no futuro, caso se venham a repetir situações análogas, tentar que seja registado textualmente na acta o teor das intervenções para que os autores se possam rever reflectidamente nelas. Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação deste ponto, sendo a acta aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pela Sra. Deputada Paula Cristina Correia, que a propósito de uma intervenção feita na sessão extraordinária de 28/11/2006 por uma Sra. Deputada do Partido Socialista, onde afirmou que a actividade física no âmbito das actividades extracurriculares do 1º Ciclo do Ensino Básico não estariam a correr muito bem, solicitou esclarecimentos sobre tal afirmação. Esta resposta foi dada mais tarde uma vez que a Sra. Deputada, autora da afirmação, não se encontrava presente.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Elsa do Amaral, que fez a sua intervenção baseada na problemática da interrupção voluntária da gravidez, que vai ser sujeita a referendo nacional. Focou a sua experiência profissional como enfermeira apelando à reflexão sobre o tema. Terminou expressando a opinião de que o aborto não pode ser uma forma de planeamento e muito menos usando os dinheiros dos contribuintes, que somos todos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa, que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia o envio, conforme seu pedido do resultado de análises à água feitas pelas “Águas do Planalto”. Apesar dos resultados das análises darem a água como própria para consumo, continuava a não acreditar em tal facto.

Focou depois com agrado os cortes feitos no separador central da Avenida Sá Carneiro e a colocação das passadeiras, solicitando que sejam colocados obstáculos para que não se verifiquem atropelos à lei feitos por automobilistas ao efectuarem inversões de marcha, aproveitando esses cortes.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Guilherme Castanheira que registou com agrado o prémio atribuído ao município de Santa Comba Dão, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, prémio esse atribuído a entidades empregadoras de pessoas com deficiência, assunto que referiu dizer respeito a todos devido à discriminação existente, quer no trabalho, quer no campo social. Referiu-se depois ao programa “Roteiro Social” executado pelo Sr. Presidente da República. Focou a adesão ao projecto “Cidades com Mobilidade” feita pelo actual executivo, enalteceu também a postura do anterior executivo nesta matéria e terminou questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre futuras acções neste campo.

A Sra. Deputada Paula Cristina Correia, voltou a colocar a questão já posta anteriormente, tendo a Sra. Deputada Edite Cruz respondido ter conhecimento que a actividade física no 1º Ciclo é a actividade que mais problemas tem causado, nomeadamente a sua prática em espaços com vitrinas e pilares (Pinheiro de Ázere), as distâncias percorridas entre escolas e os locais destinados à prática desportiva (S. Joaquinho, Couto do Mosteiro) situação esta que se agudiza quando chove. Haveria outras situações mas considerava estas as mais importantes.

Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo nº2 do Artº 19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por considerar a informação escrita fornecida a todos os Srs. Deputados, suficientemente esclarecedora quanto à actividade da Câmara Municipal, como quanto à sua situação financeira, não indo portanto debruçar-se sobre esta questão. Solicitou autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para efectuar uma intervenção que constitui o anexo 1 desta acta e faz parte integrante da mesma.

Respondendo à questão colocada pelo Sr. Deputado Guilherme Castanheira, referiu que o mérito do prémio atribuído pelo IEFP devia ser atribuído ao anterior executivo que fez a sua candidatura em 2005. Referiu ser intenção do actual executivo continuar com o bom trabalho feito anteriormente com a integração de pessoas com deficiência, dizendo ainda que estaria em breve em Santa Comba Dão uma equipa que iria estudar e propor medidas para ultrapassar barreiras arquitectónicas, isto no âmbito do projecto “Cidades com Mobilidade”, esperando que ainda em 2007 e 2008 as medidas propostas estivessem implementadas. Respondeu a seguir à questão das passadeiras e cortes no separador da Avenida Sá Carneiro, dizendo que possivelmente iria ser colocado um pino ou meco de forma a não prejudicar a mobilidade dos

deficientes e evitar as manobras automobilísticas demonstradoras de falta de civismo. A pedido do Sr. Presidente da Câmara, foi dada de seguida a palavra ao Sr. Vereador António José Correia, que se debruçou sobre a questão anteriormente posta sobre a actividade física no âmbito das actividades extracurriculares do 1º Ciclo, referindo o curto espaço de tempo que houve para a implementação desta actividade e das outras (música e inglês). Para cada uma das actividades a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com entidades distintas para pôr em prática o projecto. Salientou que o projecto já mereceu elogios dos responsáveis educativos distritais. Reconheceu que a actividade física seria a mais difícil de implementar, devido à falta de locais próprios, mas com o apoio das associações locais o problema foi resolvido de forma positiva, salvo casos pontuais identificados. Disse ter sido impossível efectuar o transporte das crianças das várias escolas para a sede do concelho de forma a utilizarem os espaços desportivos existentes. Comentando a preocupação pela segurança manifestada pela Sra. Deputada Edite Cruz na actividade física, sinal de que as outras estavam bem, questionou o porquê de não ter havido anteriormente preocupações com a questão do aquecimento a gás nas salas de aula, com a inexistência de gradeamentos de protecção na maioria das escolas, situações que já foram resolvidas pelo actual executivo. Focou o apoio agora dado a material didáctico e pedagógico no pré-escolar, o que nunca tinha acontecido e a cobertura total no fornecimento de refeições. Salientou que o executivo também tem preocupações com a segurança e os pequenos problemas existentes estão a ser resolvidos. Focou também o convite feito à Sra. Deputada para uma visita ao pré-escolar em Castelejo, mas que não se realizou por impedimento da Sra. Deputada. Referiu-se também que a nova paragem de autocarros na EB 2,3 já estava concluída.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho que começou por referir encontrar-se chocado com as afirmações do Sr. Presidente da Câmara, pois no Partido Socialista não tinham má fé, lamentando a falta do Sr. Presidente da Câmara na anterior reunião extraordinária, pois possivelmente ter-se-iam evitado as afirmações com uma certa arrogância do Sr. Vereador Fernando Cruz. Frisou que as pessoas que compõem o Partido Socialista são pessoas sérias e têm a sua opinião sempre para o bem de Santa Comba Dão. Pediu a todo o executivo para que se acabem com estas situações, uma vez que agem de boa fé e não têm qualquer intenção de fazer campanha para destruir o executivo votado pelos Santacombadenses. Referiu-se depois aos temas tratados na última sessão extraordinária focando as abstenções por parte de deputados da Coligação e um voto contra, isto para focar a abertura política e a democracia que deve existir, frisando que o grupo parlamentar do Partido Socialista reúne e esforça-se para o bem de Santa Comba Dão.

Pediu seguidamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, que respondendo à intervenção do Sr. Vereador António Correia, disse que nos anos anteriores esteve sempre presente e atenta aos problemas da educação, anteriormente com menos representatividade mas que se quisesse comprovar poderia encontrar nos arquivos da Câmara várias cartas suas escritas há 5 anos atrás sobre a problemática da paragem de autocarros na Escola EB 2,3 de Santa Comba Dão. Disse não concordar que o pré-escolar estivesse em tão mau estado anteriormente, uma vez que tínhamos algumas das melhores instalações do distrito, tendo mesmo a opinião que o parque de Jardins Infantis no Concelho era dos melhores do país. Sobre as questões que levantou sobre

educação física, uma vez que não foram respondidas, supunha que o Sr. Vereador concordasse com elas. Focou depois a apresentação da Carta Educativa, referindo-se particularmente às condições apresentadas e necessárias para a localização do terceiro centro em S. Joaninho. Referiu que a Junta de Freguesia de S. Joaninho já tinha disponibilizado a título gratuito os terrenos necessários à construção deste Centro Educativo, terrenos esses dentro do perímetro urbano da freguesia. Disse circular na opinião pública a informação que este centro estava a ser planeado para ser construído na freguesia de Treixedo, num local fora do perímetro urbano, com falta de segurança que aumenta a distância, que exige uma rede de transportes mais elaborada e que carece da aquisição de terrenos a particulares. Analisando a situação disse não haver dúvidas de que não existem vantagens na deslocalização deste centro, a não ser as que circulavam na opinião pública, de se estar a atender às cores partidárias da Junta de Freguesia de Treixedo e do dono do terreno. Por tudo isto solicitou da parte do Sr. Presidente da Câmara uma resposta concreta. Pediu depois esclarecimentos sobre a paragem de autocarros da EB 2,3, que ao contrário do que tinha sido afirmado, não estava concluída, não estava a funcionar e não tinha a cobertura prometida.

Respondendo, o Sr. Presidente da Câmara, começou por referir que a paragem de autocarros não estava agora a funcionar, pois os alunos estavam de férias e que se tinha aproveitado esta paragem das aulas, precisamente para a colocação da cobertura, que por ser de grandes dimensões fugia ao padrão habitual e portanto teve de ser mandada fazer de propósito com dimensões que não havia no mercado, reforçando que no início das aulas os alunos já teriam tudo a funcionar. Quanto à situação do terceiro Centro Educativo, disse ser mais um boato lançado na campanha contra o executivo, comentando a possibilidade de pôr a questão em tribunal para responsabilizar os autores, disse não admitir estas situações e muito menos o de protagonizar favorecimentos políticos, que quando tem alguma crítica a fazer, a faz de “olhos nos olhos” e não lançando boatos. Afirmou que não estava tomada qualquer decisão sobre a localização dos Centros Educativos, que na Carta Educativa e relativamente ao Centro Educativo Norte nada constava sobre a dependência da sua construção em S. Joaninho a acordos intermunicipais. Confirmou que a Junta de Freguesia de S. Joaninho, informalmente, tinha disponibilizado um terreno para a sua construção. Frisou que o assunto teria de ser estudado de forma a garantir o interesse geral e não um interesse em particular, independentemente das cores partidárias das Juntas de Freguesia, como tem sido sempre a sua actuação. Respondendo ao Sr. Deputado César Branquinho, disse acreditar que não haja má fé, no entanto não tinha dúvidas de haver uma campanha orquestrada para denegrir a imagem do executivo. Disse não compreender a posição do Partido Socialista em autorizar que sejam publicados no jornal artigos com o seu nome e o seu símbolo que contêm falsidades e insinuações e sem serem assinados, daí a sua indignação manifestada na intervenção anterior.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que referiu a extensão da intervenção do Sr. Presidente da Câmara e do seu conteúdo não constar da informação anteriormente distribuída aos Srs. Deputados, daí ter sido apanhado de surpresa e a dificuldade que sentia em responder a todas as situações, aproveitando para responder a alguns pontos. Disse já ter refutado na própria sessão a questão de ter contestado a criação da Divisão do Ambiente, tendo invocado esta divisão a título de exemplo e que

sendo pequena poderia ser englobada noutra. Sobre a taxa para o IMI, focou que o valor de 0,6% tinha sido aprovado pouco tempo antes, daí poder-se dizer que este valor tinha sido mal pensado e mal preparado. Sobre a justiça social tão invocada, disse não compreender como este aumento ia resolver várias situações de injustiça social que existem neste sector. Quanto ao número de funcionários, disse que concerteza que o seu número aumentou enquanto o Partido Socialista esteve no poder, bastava que tivessem passado tantos anos. Afirmou ser apenas responsável pelas suas afirmações e não pelas que foram feitas nos últimos anos. O exemplo do número de funcionários existente em 1989, não era conclusivo, pois passaram-se muitos anos, os serviços mudaram, os utentes aumentaram, dando o exemplo da recolha do lixo e a sua evolução. Referiu até que o actual executivo, que se esforça no seu trabalho, se viesse a esta Assembleia daqui a 10 ou 15 quinze anos, debruçar-se sobre o seu trabalho feito hoje, concerteza que encontraria defeitos, daí não ser possível comparar o incomparável. Focou que em todos os sectores a tendência foi o de aumentar o número de funcionários (ensino, câmaras, hospitais) situação que neste momento se tenta inverter, tentando manter ou aumentar a qualidade dos serviços prestados e que o seu custo diminua. Concluiu este ponto dizendo não se poder criticar o aumento do número de funcionários na câmara municipal ocorrido nos últimos 16 anos. Focou depois as posições a exercer pelos deputados na Assembleia Municipal, achando que os deputados da oposição não deviam vir fazer politica partidária para a Assembleia Municipal, sendo diferente a sua posição no núcleo dos diversos partidos políticos. A actividade partidária não tinha necessariamente de se reflectir na Assembleia Municipal, órgão com funções específicas. Não sendo militante do Partido Socialista, colaborava com o mesmo e portanto quando no jornal saem comunicados com o símbolo do Partido Socialista, até poderá ter colaborado nos mesmos e o facto de não se encontrar lá o seu nome significa que o mesmo foi elaborado por vários elementos. Disse não se recordar de eventuais calúnias que tenham sido levantadas no último comunicado do Partido Socialista publicado a propósito da realização de um jantar de confraternização, assunto que nada tem a ver com as funções da Assembleia Municipal. Terminou dizendo gostar que se fizesse a separação entre o que é a actividade partidária e as funções na Assembleia Municipal.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado José Machado dos Santos que, referindo-se à intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz, disse nunca ter recebido da parte do Sr. Presidente da Câmara qualquer benefício partidário por ser da mesma cor, referindo ainda que todos os Presidentes de Junta eram tratados de igual forma e nas mesmas circunstâncias. Quanto ao 3º Centro Educativo disse que a Junta de Freguesia ainda não tinha andado em bicos de pés, nunca oferecendo terrenos, até porque não os tinha, no entanto punha à consideração de todos a possível localização no nó de Treixedo, apresentando do seu ponto de vista as vantagens da sua centralização em relação às escolas que iria servir.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Paulo Dirceu Santos dizendo que queria apenas apresentar sugestões técnicas que nada tinham a ver com a questão política. Referiu-se à morosidade das obras efectuadas na estrada principal de Treixedo e às dificuldades daí inerentes, à fraca sinalização das mesmas e à manutenção muito precária que ia sendo feita. Apelou para que futuras obras idênticas no concelho

decorressem de maneira mais célere. Referiu-se novamente às passadeiras elevadas, dizendo que no seu entender e apesar da sinalização estar colocada, a mesma não era suficiente, sugerindo a colocação de bandas sonoras para melhor identificação. Focou depois a situação que se regista em muitas das aldeias na calçada antiga onde após alguma obra se vai para a solução mais rápida que é a colocação de uma camada de betuminoso. Apelou para que em casos futuros se mantivesse a traça original. Terminou referindo-se aos projectos de planeamento nomeadamente a projectada rotunda no Largo do Balcão e a outra entre a Avenida Humberto Delgado e Avenida Santo Estêvão, dizendo que no seu entender eram desadequadas, apesar de não conhecer os projectos e o estudo prévio.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Fernando Varela Nunes que concordou com a posição anterior em relação às obras em Treixedo e a questão da manutenção da traça original na calçada antiga nas aldeias. Referiu-se depois à situação existente no bairro do Espinho em S. Joaquinho no que se refere à sinalização junto ao campo de futebol onde já se verificaram alguns acidentes solicitando que fossem tomadas providências.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho, que começou por se referir a uma notícia vinda no jornal em que iria ser inaugurada a nova localização do Posto de Turismo. Lembrou os locais onde o mesmo já funcionou e defendeu a sua localização na Casa da Cultura, principalmente por se encontrar junto às exposições que lá se realizam. Questionou sobre uma proposta já feita anteriormente sobre transportes interurbanos a realizar no período de férias dos alunos para satisfazer as necessidades de transporte das pessoas nas diversas freguesias. Referiu a expressão já usada pelo Sr. Presidente da Câmara “Dormitório em Santa Comba Dão” e a posição tomada na entrevista dada a 30/11/2006 onde era referido pelo Sr. Presidente da Câmara a preocupação do executivo em criar riqueza e arranjar emprego no Concelho, manifestando o apoio a esta iniciativa e satisfeito pela mudança de opinião. Questionou depois o Sr. Presidente da Câmara sobre o destino a dar ao terreno atrás do edifício da Câmara, se era para um parque de estacionamento público ou para serviço da Câmara e se dada a valia do local não ser melhor colocar uma estrutura mais valiosa, como por exemplo uma Loja do Cidadão à medida do Concelho.

Respondendo e começando pelo Sr. Deputado Boto Martins, o Sr. Presidente da Câmara disse que subir a taxa do IMI de 0,6 para 0,8 % não resolvia a questão da justiça social, mas atenuava-a não de uma forma muito significativa, mas que não deixava de ter um efeito psicológico para quem vai agora pagar mais, uma vez que quando os prédios forem avaliados, aí sim iriam sentir no bolso esse efeito. A propósito do número de funcionários, disse ter sido um mau exemplo o da recolha do lixo dado pelo Sr. Deputado, uma vez que é um serviço que a Câmara já não faz. Solicitou ao Sr. Deputado que não pessoalizasse as críticas que são feitas, dizendo que a sua intervenção não se referiu especificamente a nenhum deputado, até porque as insinuações feitas estavam num artigo não assinado e apenas tinha a identificação que era do Partido Socialista. Pensava que seria a Assembleia Municipal o local privilegiado para este debate aceitava perfeitamente as críticas aqui colocadas, classificando a maior parte delas com um aspecto positivo no sentido de ajudar a Câmara a fazer melhor. Referiu que a intervenção do Sr. Deputado José Machado podia ter dado a impressão de já estar

tomada alguma decisão, reafirmou que nada estava decidido e que quando se tomasse uma decisão teria que ser tomada em conta a parte económica e o serviço a prestar aos alunos e nessa altura as partes interessadas seriam consultadas. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Dirceu, reconheceu as dificuldades da obra em Treixedo, referindo também a necessidade de haver algum tempo para compactação dos terrenos nas valas abertas e as dificuldades criadas pelo tempo chuvoso que se registou. Disse que as bandas sonoras estavam já em desuso e que se fossem respeitados os limites de velocidade ninguém teria problemas. Disse ser também inteiramente contra a cobertura de betuminosos na antiga calçada, sendo propósito da Câmara aumentar este tipo de calçada em vários locais urbanos e históricos. Em relação à criação da rotunda no Largo do Balcão, disse já existir um estudo do anterior executivo no mesmo sentido e que esse estudo era idêntico ao actual. Disse ser possível fazer a rotunda naquele local e se fosse decidido fazê-la seria porque a solução era melhor que a de hoje com os semáforos. Quanto à rotunda junto à estação de serviço da TOTAL, disse ser um local onde era mesmo necessário construí-la. Respondendo ao Sr. Deputado Fernando Nunes disse já estar identificado o problema junto ao campo de futebol em S. Joaninho e que possivelmente iria também ser ali feita uma rotunda. Quanto às questões postas pelo Sr. Deputado César Branquinho, disse que o artigo do jornal teria que ser encarado com ironia e que efectivamente já existia Posto de Turismo, inicialmente no antigo moinho, que na sua opinião foi uma solução péssima, pois foi inutilizado o próprio moinho que a funcionar seria um ponto de atracção. Considerou a Casa da Cultura um sítio que não seria o ideal e que praticamente ninguém visitava, existindo neste caso falta de sinalização. Considerou o Posto de Turismo uma estrutura importante e por isso devia ser central e que o mesmo se destinava principalmente para os visitantes. Estando praticamente pronto ainda não foi inaugurado por se estar à espera de material adequado de propaganda e turismo para que a sua inauguração fosse feita com dignidade. Quanto aos transportes interurbanos, disse ter registado na altura a sugestão, mas que devido à intensa utilização das viaturas no período escolar, foi aproveitado este período de férias para serviços de manutenção. Quanto ao parque de estacionamento atrás da Câmara e que constitui uma parte do projecto de requalificação daquela zona, disse até concordar que o local é demasiado nobre para um parque de estacionamento se fosse resolvido o estacionamento no Largo do Município, esse sim um local nobre com toda a sua envolvência. Este parque será para os funcionários da Câmara, haverá um outro parque para o público e serão retirados os estacionamentos do Largo do Município, tudo isto envolvido no projecto de requalificação que vai desde a ponte do Couto até à foz da ribeira, mas que demorará alguns anos a ser concretizado.

Passou-se depois para o ponto dois ponto dois: LEI N°5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS = TAXAS PELOS DIREITOS DE PASSAGEM. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu-se à origem e porquê da existência desta taxa. Não havendo pedidos de intervenção este ponto foi posto à votação sendo a taxa de 0,25 % aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: QUINTA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que explicou ser esta revisão resultante da criação da Empresa Municipal, uma vez que houve necessidade de transferir verbas da Câmara

Municipal para a Empresa Municipal. Não havendo pedidos de intervenção, este ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto quatro: ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2007 = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir que o orçamento tinha sido novamente elaborado pelos serviços da Câmara Municipal. Referiu-se depois a uma verba de 409 mil euros destinada às Juntas de Freguesia e resultante de um acordo verbal com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia para execução de obras, que não estava devidamente explícita quanto ao seu destino, encontrando-se inserida noutra rubrica. Este pequeno lapso seria rectificado na primeira oportunidade. Focou que este orçamento não seria o que desejava, mas era o possível perante a actual conjuntura. Referiu ainda que esta proposta estava sobreorçamentada conscientemente, uma vez que havia factores que assim o exigiam, como terem que vir no orçamento: obras que já tinham ido a concurso e ainda não iniciadas; despesas efectuadas ainda em 2005 e que não estavam pagas e ainda a necessidade de colocar verbas e obras que possam ser elegíveis no próximo Quadro Comunitário de Apoio, que ainda se desconhece. Terminou dizendo que consideraria um bom desempenho se a execução deste orçamento atingisse os 50%.

Solicitou depois a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires, que começou por registar a pronta resposta dada pelos membros do executivo às interpelações feitas pelos Srs. Deputados. Quanto ao orçamento questionou, para além da explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, se o mesmo era tecnicamente exequível ao contrário do que acontecia em mandatos anteriores e a questões postas onde se respondia telegraficamente e o mesmo não passava de um rol de boas intenções.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Rui Branquinho Ramos dizendo que a sua intervenção se relacionava com uma análise feita ao nível da despesa e resultava da comparação entre os orçamentos de 2006 e 2007. Referiu a diminuição da verba de Despesas com Pessoal em 1% e depois às despesas correntes com a Aquisição de Bens e Serviços: Limpeza e Higiene (aumento de 93%), Material de Escritório (aumento de 88%), Prémios, Condecorações e Ofertas (aumento de 412%) e Outros Trabalhos Especializados (aumento de 37%). Para estes aumentos solicitou explicações ao Sr. Presidente da Câmara. Debruçou-se depois sobre o Plano Plurianual de Investimentos até 2009, apresentado pela Junta de Freguesia de Santa Comba Dão, que não se encontrava contemplado no orçamento.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz, que começou por referir ser a função e dever dos deputados representar o povo e tratar de assuntos que sejam de interesse dos munícipes, daí considerar as palavras do Sr. Presidente da Câmara como intimidatórias ao relacionar as preocupações com questões de policia. Sobre o orçamento e sobre as actividades extracurriculares considerou contraditórios os dados deste orçamento com os dados apresentados na ultima sessão extraordinária numa revisão ao orçamento de 2006 feita pelo Sr. Vereador Fernando Cruz. Nessa altura foi justificada a ausência de qualquer valor nas actividades desportivas para 2007 por esta ter passado para a Empresa Municipal, não sendo afinal verdade pois neste orçamento encontrava-se uma verba de 20 mil euros para esta actividade, sendo afinal o Sr. Vereador quem andava distraído e não lia os protocolos assinados. Referiu não ser

possível a passagem da educação física para a alçada da Empresa Municipal devido aos protocolos assinados com a DREC. Continuando a verificar uma grande disparidade de verbas entre as três actividades (Musica, Inglês e Ed. Física) e porque os alunos eram os mesmos, o preço/hora dos professores também era o mesmo, solicitou uma resposta clara do porquê destas verbas serem diferentes.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins, que começou por dizer que a sua questão tinha já sido em parte respondida pelo Sr. Presidente da Câmara aquando da apresentação do orçamento. No entanto questionava se no Capítulo 5 das receitas: Rendimentos da Propriedade, os valores apresentados nas diversas rubricas também estavam sobreorçamentados ou existiam efectivamente.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que referiu ser a abstenção o sentido de voto da bancada do Partido Socialista neste ponto e que esperava que os 50 % da execução referidos pelo Sr. Presidente da Câmara fossem cumpridos. Referiu depois algumas obras que gostaria de ver continuadas e concluídas.

Para responder às questões postas foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por responder ao Sr. Deputado Agostinho Pires, dizendo que todo o executivo estava tecnicamente preparado para responder a todas as questões sobre o orçamento. Quanto às questões postas pelo Sr. Deputado Rui Branquinho, disse que as verbas necessárias à execução das obras previstas no Plano Plurianual de Investimentos da Junta de Freguesia de Santa Comba Dão, assim como o das outras Juntas de Freguesia, não se encontrava apenas numa rubrica especifica, mas sim diluídas por várias. Lembrou que este plano era para ser executado ao longo de três anos. Quanto às diversas percentagens apresentadas no aumento de despesas, disse que elas resultaram genericamente de ter que se apresentar o valor das dividas que já existiam e das verbas a gastar em 2007, referindo especificamente que na maior parte as despesas resultavam do aumento das actividades realizadas na Casa da Cultura. Em relação à questão apresentada pelo Sr. Deputado Boto Martins, referiu que a verba apresentada era razoável, mas solicitou escusa de se debruçar no assunto, uma vez que decorriam negociações e não era oportuno divulgar mais pormenores, dizendo que na altura própria seria dada informação sobre o assunto. Quanto à intervenção do Sr. Deputado César Branquinho agradeceu-a, e disse aceitar perfeitamente a posição de abstenção noticiada. Sobre a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz, disse estar inteiramente de acordo em que a Assembleia Municipal era o local próprio para o debate e apresentação dos problemas, as suas afirmações apenas se dirigiam a “quem enfiasse a carapuça, estado certo que a nenhum dos aqui presentes servia a carapuça”. Sobre as actividades extracurriculares, solicitou a intervenção do Sr. Vereador António Correia, que justificou a diferença de valores apresentada nas três actividades com factores que estavam para além das despesas com o 1º ciclo. Assim na educação física a despesa apresentada, contemplava também a gestão das piscinas municipais, a gestão de outros projectos como: a 3ª idade mais activa, a natação para bebés, os jogos desportivos e outros. Na música havia outros investimentos, como a aquisição de equipamento e instrumentos. Convidou novamente a Sra. Deputada a acompanhá-lo numa visita no fim do 2º Período para observar a implementação destas actividades. Referiu-se também ao reconhecimento no último Conselho Municipal de Educação por

parte do Sr. Coordenador da Área Educativa de Viseu em como a implementação no concelho das actividades extracurriculares era rara no Distrito e exemplar no País.

Solicitou resposta a Sra. Deputada Edite Cruz, dizendo que tem tido falta de disponibilidade para aceitar os convites do Sr. Vereador, podendo futuramente conseguir algum tempo para os aceitar. Disse continuar a haver contradição entre o que foi afirmado e o expresso no orçamento, dizendo que a despesa menor era a apresentada com a educação física, o que não devia acontecer devido às explicações dadas, sabendo que parte da despesa poderia estar na Empresa Municipal, mas que apenas se tem estado a referir ao protocolado com as actividades desportivas. Percebia a diferença de verbas na despesa com a música, mas continuava sem perceber as diferenças existentes entre as despesas apresentadas com o inglês e com a educação física.

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação deste ponto que foi aprovado por maioria, com 21 votos a favor (17 da coligação e 4 do Partido Socialista) e 9 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins, César Branquinho, Lauro Gonçalves, Edite Cruz, Isabel Cruz, José Augusto Sousa, Paulo Dirceu Santos, Carla Isabel Cunha e Nuno João Pereira).

Passou-se depois para o ponto dois ponto cinco: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE CAVADA OU AMIAIS, FREGUESIA DE VIMIEIRO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N°1 DO ART° 21° DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: FERNANDO DOS SANTOS DIAS PARA DOAÇÃO A SEU FILHO FERNANDO MANUEL MARQUES DOS SANTOS DIAS. Na apresentação deste ponto ausentou-se a Sra. Deputada Isabel Ferreira Cruz, uma vez que é familiar do requerente. O Sr. Deputado Boto Martins solicitou a palavra, dizendo haver dúvidas sobre a legalidade do pedido uma vez que o requerente não reunia as condições necessárias e que o pedido deveria ser apresentado pelo filho, o que impedia o Partido Socialista de votar a favor. Solicitada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, este disse ser um assunto formal onde a Câmara Municipal não tinha qualquer intervenção, ao contrário da Junta de Freguesia do Vimieiro, remetendo para a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Vimieiro qualquer informação adicional. A Sra. Deputada Paula Cristina Correia, disse ter apenas tentado dar continuidade a um processo que já se arrastava desde 2004, onde inclusivamente já se encontrava a cópia de uma acta da Assembleia de Freguesia de então. O Sr. Presidente da Assembleia, sugeriu depois a retirada deste ponto da agenda de trabalhos para que se solicitasse junto dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal uma pronuncia sobre o assunto e que o mesmo fosse agendado para a próxima sessão. Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, dizendo que era intenção do Partido Socialista propor a sugestão apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia, de forma a que o processo fosse rectificado.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto seis: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2007. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir a normalidade do pedido, sempre feito na última Assembleia Municipal do ano e que insidia no valor da 10% das receitas provenientes do Estado, sendo utilizado em situações urgentes e se necessário, tendo que ser liquidado no próprio ano.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, dizendo que o Partido Socialista iria votar a favor. Fez depois referência à posição da sua bancada na presente sessão, que apenas tinha tomado por uma vez a posição de abstenção, dizendo ser uma oposição responsável e que assim iria continuar.

Não havendo mais intervenções foi o ponto posto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão, que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Foi dada a palavra à Sra. D. Esmeralda Rocha Antas, de Vila Pouca, que começou por se referir que também se preocupava com as crianças e que por se ter falado nesta Assembleia em favorecimentos partidários, referiu que essa tinha sido uma prática infelizmente feita com frequência nos últimos anos. Concordando com a localização e arranjo do novo local do Posto de Turismo, deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, não só por este trabalho, mas também pela entrevista recentemente publicada num jornal local, enaltecendo a sua força e coragem, referindo que muitos dos Santacombadenses andavam a precisar de alguém em quem acreditar. Referiu, na sua perspectiva, que o ano de 2007 seria um ano difícil, mas apelou ao Sr. Presidente da Câmara para continuar com sorrisos e bom humor a enfrentar os problemas. Não se escondendo no anonimato para dizer o que fosse, referiu que falava por si, não vindo transmitir recados dados por outrem. Dizendo que por vezes era incómoda, possibilidade que lhe foi dada pelo 25 de Abril, afirmou não ser acomodada e complacente com a falta de ética, falta de coragem e falta de personalidade. Dizendo que a sua intervenção serviria para algo, mesmo que fosse para provocar comentários, possivelmente jocosos, referiu que isso apenas desabonava quem os fizesse, pois sem inteligência não havia sentido de humor. Debruçou-se depois sobre a insegurança e falta de respeito existente na estrada que atravessa Vila Pouca, localidade ideal na sua perspectiva para a construção da nova escola, onde as pessoas têm que andar por vezes na estrada uma vez que nos passeios estão os carros estacionados, referindo mesmo um caso de atropelamento no passeio. Considerou a colocação naquele local de lombas uma solução para que o trânsito se efectuasse dentro da lei. Lamentou que continuassem a existir as “conversas de escárnio e mal dizer” que envolvem quem trabalha e encontra situações difíceis. Comentando que pouco percebia de política, disse perceber o que era viver em democracia, onde se perde e onde se ganha mas sendo necessário saber conviver com a situação e colaborar construtivamente. Perguntou se apenas se sabia estar de costas voltadas, sempre a provocar, se apenas haveria lucidez e imaginação, não falando de inteligência, para se fazer uma oposição destrutiva, pouco saudável e com resquícios de um certo espírito ditatorial refinado. Apesar de se ter estado muito tempo no poder, disse que as situações novas é que devem exigir diálogo, desafio, trabalho construtivo e inteligente, referindo que tinha que haver vontade em se ser oposição. Terminou apelando para que se acabem as “guerrilhas” e se partisse para, em conjunto trabalhar para uma justa repartição de recursos, que se tem visto muito pouco em Santa Comba Dão e por um ambiente de confiança no futuro que ofereça oportunidades, fazendo-se o que já tinha sido dito, serem os Srs. Deputados os representantes do povo,

mas de todos e não só de alguns. Apelou novamente para a coragem, força e determinação do Sr. Presidente da Câmara para enfrentar os difíceis problemas de 2007.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Francisco Coelho dos Santos, de S. João de Areias, que começou por dizer que se iria debruçar sobre um problema que já tinha sido referido no início da sessão, mas que considerava ser importante, que era o problema da água de consumo corrente, que para além de ser muito cara, não considerava que a mesma estivesse em condições de ser consumida. Considerou ser injusto estar-se a pagar um bem que não satisfazia de maneira nenhuma as necessidades da população. Focou a necessidade de serem feitas periodicamente, pela Delegacia de Saúde, as análises previstas na lei.

Pedi depois a palavra o Sr. Manuel Silveira Lopes, de S. João de Areias, que veio apresentar a sua insatisfação por junto à sua residência, haver um pequeno troço de estrada, de cerca de 600 metros, que se encontra em péssimas condições, a contrastar com a situação da mesma estrada já no concelho de Carregal do Sal, que se encontra em óptimas condições. Devido a esta situação, disse sentir-se inferiorizado.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por dizer e em relação ao problema da água para consumo, que dava toda a razão às reclamações apresentadas, até porque também era consumidor e que a empresa “Águas do Planalto” devia ter toda a preocupação em fornecer a água em boas condições. Informou que dentro de pouco tempo o problema poderia ficar resolvido com a entrada em funcionamento por parte das “Águas do Planalto” no fornecimento de água aos cinco concelhos de uma barragem e uma nova estação de tratamento de água com equipamento actualizado. Nesta estação serão feitas análises frequentes para verificar a qualidade da água de forma a garantir as condições para um bom consumo. Quanto à questão do pequeno troço de estrada em S. João de Areias, disse ter já visitado o local e que já tinha acordado com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias a execução da obra para o ano de 2007.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia fez uma pequena intervenção baseada em alguns factos ocorridos nesta sessão e que constitui o anexo 2 desta acta e faz parte integrante da mesma. Esta intervenção foi sublinhada no fim com uma salva de palmas.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.